



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 28 de junho de 2022

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na segunda-feira	Capital de giro Na segunda-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
2,12% São Paulo	99.522	R\$ 1.212	21/junho 5,154 22/junho 5,177 23/junho 5,229 24/junho 5,253	R\$ 5,539	6,76%	13,15%	Janeiro/2022 0,54 Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47
0,2% Nova York	100.764						
	22/6 23/6 24/6 27/06						
			R\$ 5,234 (-0,35%)				

COMBUSTÍVEIS

Conselho de Administração aprova nome de Caio Andrade para a presidência da estatal, mas funcionários e acionistas minoritários recorrem à CVM — e ameaçam ir à Justiça — contra a decisão. Novo presidente mudará “dinâmica aos preços dos combustíveis”, diz Bolsonaro

Petrobras se rende à pressão do Planalto

» RAFAELA GONÇALVES

Por sete votos a três, o Conselho de Administração da Petrobras elegeu ontem Caio Mário Paes de Andrade como o novo presidente da petroleira. O atual secretário de Desburocratização do Ministério da Economia é o quarto presidente da companhia no governo Bolsonaro. Ele ainda precisa ser ratificado em assembleia de acionistas, que deve ocorrer dentro de um mês, mas a previsão é de que assuma o comando já nos próximos dias.

O nome de Paes de Andrade também foi aprovado, por oito votos a dois, para compor o próprio Conselho de Administração da estatal, com mandato até 13 de abril de 2023. Ele será o quarto presidente da companhia e assumirá o lugar de José Mauro Coelho, que pediu demissão no último dia 20 depois de ser pressionado pelo governo a segurar a alta dos preços dos combustíveis, fortemente impactados pela disparada do petróleo no mercado internacional e pela guerra na Ucrânia.

Após a aprovação de Andrade, o presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que o novo presidente dará “uma nova dinâmica aos preços dos combustíveis”, mas negou a intenção de interferir na gestão da empresa. “Tudo vai ser analisado na base da lei, sem querer mexer no canetaço na Lei das Estatais, sem querer interferir em nada, mas com muito respeito e muita responsabilidade”, declarou o chefe do Executivo, em cerimônia no Palácio do Planalto. Desde 2016, a Petrobras adota

a Política de Preços de Paridade de Importação (PPI), que vincula o valor dos combustíveis à cotação do petróleo no mercado internacional. A diretoria foi defendida por todos os presidentes da estatal nos últimos seis anos, mas tem produzido estragos na estratégia de Bolsonaro para conseguir a reeleição.

Diversas entidades se manifestaram contra a aprovação de Andrade. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) protocolaram ontem denúncia na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Elas alegam que, formado em comunicação social, com carreira no Serpro, uma empresa de tecnologia, o novo presidente da companhia descumpra a Lei das Estatais, que exige dos dirigentes formação acadêmica compatível e experiência de 10 anos em empresas do mesmo setor.

FUP crítica

“A aprovação de Caio Paes de Andrade para a presidência da Petrobras é mais um puxadinho eleitoral de Bolsonaro. A decisão do Conselho de Administração é ilegal, pois o currículo e a experiência profissional do indicado são reconhecidamente insuficientes para gerir a maior empresa do Brasil”, declarou o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

As entidades prometem, ainda, recorrer à Justiça contra a aprovação e questionar a não convocação de assembleia geral extraordinária na estatal para tratar do assunto. “Um ato

Gasolina recua no DF

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



O preço do litro da gasolina, que passa de R\$ 8 em várias regiões do país, segundo pesquisa semanal da Agência Nacional do Petróleo (ANP), chegou a cair para R\$ 6,99 no Distrito Federal. O valor foi encontrado, ontem, no posto São Roque, do Setor de Oficinas (SOF) Norte. De acordo com o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do DF (Sindicombustíveis), Paulo Tavares, alguns postos estão se antecipando e desovando estoques para os próximos reajustes, devido à queda do ICMS que virá, junto à redução do PIS/Cofins. “Nas distribuidoras, a queda da gasolina já atingiu R\$ 0,40, e o preço deve recuar R\$ 0,69 para o consumidor. No etanol, a diminuição deve ser de R\$ 0,24”, explicou. Segundo Tavares, o Conselho de Política Fazendária (Confaz) se reúne amanhã para aplicar o teto máximo de 18% para os combustíveis definido em lei complementar aprovada pelo Congresso. Ontem, São Paulo já anunciou a redução da alíquota, que era de 25%.

administrativo que aprove um ato ilegal não torna ele legal. A CVM tem que averiguar isso”, disse o advogado Ângelo Remédio, da Advocacia Garcez, que representa os petroleiros.

Após a troca no comando da estatal, o plano do governo agora é renovar o Conselho de Administração da companhia. A lista de nomes foi apresentada no início do mês pelo Ministério de Minas e Energia, mas ainda

não há data para a assembleia de acionistas que vai eleger os novos conselheiros. O colegiado está ainda no processo de análise dos currículos dos candidatos para convocar o encontro, que só pode ocorrer ao menos 30 dias após a convocação.

O professor de administração do Insper Sérgio Lazzarini ressaltou que, para conter os reajustes, seria preciso rever o estatuto da Petrobras, passando por cima

da legislação vigente, que estabelece que a petroleira compete em condições de mercado. “Em um governo que se diz liberal no campo econômico, embarcar em uma estratégia coletiva e coordenada de controle de preços será um grande tiro no pé”, disse.

Refinarias

Ainda ontem, a Petrobras informou que vai reiniciar os

processos de venda de três refinarias: Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco; Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná; e Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul. Essas unidades foram colocadas à venda no passado, mas não apareceram interessados. As vendas fazem parte da estratégia da empresa de se concentrar na atividade central de exploração de petróleo.



RAUL VELLOSO

O ESTADO DO RIO JÁ FEZ UMA “SEGREGAÇÃO DAS MASSAS” DOS SERVIDORES, MEDIANTE A ABERTURA DE DOIS FUNDOS: O PRIMEIRO, UM FUNDO PREVIDENCIÁRIO, OU CAPITALIZADO, INICIALMENTE FORMADO PELAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS E DOS SERVIDORES QUE INGRESSASSEM A PARTIR DAQUELA DATA

Mãos à obra, Rio!

O “x” da questão nas discussões de campanha deste ano deveria ser como o país vai recuperar o fôlego para crescer minimamente. Na última década, a variação média do PIB acabou ficando ao redor da frustrante taxa negativa de -0,6%, depois de duas décadas em que, primeiro, se patinou à média de 2,6%, e, segundo, claudicou-se a 3,9% a.a. Cheirou a “voo de galinha”...

Minha tese é de que, no coraço do desempenho medíocre do PIB, está a forte escalada ascendente dos gastos previdenciários em todas as esferas de governo, desde 2006, sem tratamento adequado dos crescentes déficits que foram se acumulando, em que pese as reformas aprovadas recentemente, e em conjunto com a desabada dos investimentos públicos em infraestrutura, que virou uma mera consequência daquele problema central. Não há, obviamente, como fazer

que itens de valor elevado, como o desses dois, caibam em um único e limitado espaço. Cabe aos responsáveis pela condução da política econômica explicar que soluções têm em mente para sair desse imbroglho.

Investimento é o item mais flexível dos orçamentos públicos, e, ao mesmo tempo, é o que tem a trajetória mais fortemente correlacionada com a do PIB. Em um país em que o investimento privado em infraestrutura, ao contrário dos sonhos oficiais, mal dá as caras, e os governos estejam proibidos eles próprios de se endividarem para investir, quando uma variável crítica como o gasto previdenciário sobe, dificilmente a outra (investimento, e, portanto, o PIB) deixará de cair. Se não se fizer algo, uma hora os investimentos (e o crescimento do PIB) simplesmente zeram.

Trazendo o caso concreto do Estado do Rio à tona, entre 2006

e 2021, enquanto os gastos previdenciários cresciam 78,3% acima da inflação, os investimentos caíram 58,6%, também em termos reais. Chocante, não é? Como reverter isso? E não é exatamente o Rio que, agora, vive uma fase super favorável diante da forte subida dos royalties do Petróleo e da elevada arrecadação também com a venda de empresas, como a expressiva Cedae, e tendo ainda o reforço de algum aporte relevante de ativos à vista como a arrecadação do Imposto de Renda na Fonte dos servidores, que no Rio já está em fase de regulamentação? Aqui, o problema é que, uma hora, o preço do barril volta à não tão alta (como está hoje) linha de tendência de médio prazo, e o dinheiro da Cedae é gasto e se vai...

A saída, na verdade, é atacar, de frente, o problema número 1, o previdenciário, ou seja, promover o equacionamento dos

deficits financeiros e atuariais dos regimes próprios de previdência, o que implica zerá-los, mediante um roteiro que é razoavelmente conhecido, mas que pode, obviamente, ser aperfeiçoado onde sua implantação apenas tenha começado.

Seguindo o ritual vigente, o Estado do Rio já fez uma “segregação das massas” dos servidores, por enquanto incipiente, mediante a abertura de dois fundos em uma data recente: o primeiro seria um fundo previdenciário ou capitalizado, inicialmente formado pelas contribuições patronais e dos servidores que ingressassem a partir daquela data, que já deveria nascer equilibrado financeira e atuarialmente por definição, onde os recursos seriam aplicados nos mercados financeiros. Hoje esse fundo já existe e tem um superávit atuarial de R\$ 1,7 bilhão, com resultados financeiros positivos todos os anos (em 2021, R\$ 0,4

bilhão), por ainda ser um fundo jovem, que tem 20 mil participantes e apenas 202 que recebem benefícios. Paralelamente, a idade média de seus participantes ativos é em torno de 40 anos, significando que a grande maioria vai ainda levar muito tempo para se aposentar. Já o segundo seria um fundo puramente financeiro, ou seja, um fundo convencional em repartição simples, onde estão localizados os que haviam ingressado antes de setembro de 2013.

O fundo financeiro contém 106 mil servidores ativos e 198 mil aposentados e pensionistas, quase o dobro, sendo de 52 anos a idade média dos ativos, de forma tal, que a maioria está próxima de se aposentar. Sem considerar as receitas não convencionais que hoje estão carimbadas para a previdência, esse fundo teve um déficit financeiro de R\$ 9,2 bilhões em 2021, que aumentaria para R\$ 14,5 bilhões, se adicionássemos o

deficit dos militares, atualmente administrados à parte.

Quase por construção, o fundo capitalizado teria de estar equilibrado financeira e atuarialmente, estando sujeito a uma avaliação atuarial periódica tal que, se indicasse déficits, geraria um plano de equacionamento em cima do laço para eliminá-lo. Já em relação ao segundo, a saída seria encontrada de forma indireta, ou seja, pelo aporte de novos ativos reais no fundo previdenciário, e pela transferência simultânea de “vidas” (servidores) do plano financeiro para ele, a serem recepcionadas, para sustentação, pelos novos ativos aportados. Dessa forma, o plano puramente financeiro iria gradativamente encolhendo e se transformando em um plano capitalizado e, portanto, equilibrado, até existir apenas um fundo. Ao fim e ao cabo a previdência se tornaria equilibrada.